

D. PEDRO II, NA FRANÇA: VISITA INDESEJADA OU ENCONTRO CENSURADO?

Ronaldo Guimarães GALVÃO*

RESUMO: Este artigo propõe a leitura de uma crônica literária de Brito Broca, analisando o modo como o jornalista representou D. Pedro II, Georges Sand e Alphonse Karr em seu texto. Ao desprezar, ainda que de forma parcial, os contextos francês e brasileiro em que ocorreu a viagem do imperador à Europa, Broca dá a impressão de que tanto Sand quanto Karr negaram-se a se encontrar com D. Pedro por motivo fútil ou por capricho. A abordagem permite uma reflexão que ajuda a desmistificar os lugares-comuns em torno do modo como se construíram essas personagens na historiografia literária.

PALAVRAS-CHAVE: Brito Broca. D. Pedro II. Georges Sand. Alphonse Karr. Crônica literária. Historiografia literária.

1

A crônica “Dom Pedro II, George Sand e Alphonse Karr”¹, reunida em *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*, de José Brito Broca (1904-1961), aborda um fato curioso a respeito da primeira viagem do monarca brasileiro à Europa, em 1871. Segundo o relato do cronista, tanto Sand quanto Karr declinaram de um encontro com o Imperador sem oferecerem uma desculpa aparentemente convincente. Do primeiro caso, registra-se um convite de D. Pedro para que a escritora fosse a Paris encontrá-lo ou que, assim não sendo possível, ele mesmo a visitasse em sua residência, em Nohant; Sand, porém, parece ter se esquivado das duas sugestões feitas. Do segundo, conferem-se duas recusas dirigidas por parte de Karr: a primeira, em razão de

* Mestre em Letras. USP - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Programa de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês. São Paulo - SP - 05508-080. ronaldogalvao@hotmail.com

¹ Confira Broca (1979a).

uma gripe que o acometera; e a segunda – já na ocasião de outra temporada de D. Pedro na Europa – se deve à visita que seu neto, vindo do internato, lhe faria justamente naquele “[...] domingo de fevereiro, quando [o monarca] desejava apertar a mão de Alphonse Karr.” (BROCA, 1979a, p.318).

Há, ainda, outro elemento destacado por Brito Broca que pode ser tomado como a chave para a leitura de sua crônica. O desejo de D. Pedro II de conhecer “celebridades parisienses” durante sua passagem pelo velho mundo foi mediado por Joseph-Arthur de Gobineau (1816-1882), o comumente conhecido Conde de Gobineau, escritor e diplomata que, chefiando a legação da França no Brasil, de abril de 1869 a maio de 1870, muito se aproximou do monarca brasileiro, mantendo com ele uma boa relação de amizade. O fulcro desse elemento da crônica, no entanto, refere-se ao fato de que Gobineau se destacava nesse período como um disseminador de ideias racistas², o que, possivelmente, poderia limitar o número de personalidades com as quais D. Pedro tomaria contato, tanto em razão dos critérios adotados pelo próprio Gobineau – que “[...] organizou uma lista muito selecionada de nomes, com a indicação das qualidades dos mesmos, tarefa na qual se guiou, naturalmente, por pontos de vista pessoais [...]” (BROCA, 1979a, p.318) –, quanto pelo fato de que alguns “espíritos essencialmente antidoutorais”, como lembra Broca, talvez não quisessem travar qualquer tipo de *bavardage* com alguém que mantivesse relações com tal figura. Em seu artigo, Brito Broca destaca o movimento do conde francês de filtrar os nomes que seriam os mais indicados (e os menos também) a um encontro com D. Pedro II:

Assim, julgando homens como Renan e Taine, em condições de corresponder à curiosidade do Imperador, não era sem reserva que sugeria o nome de Théophile Gautier, como pertencendo a uma categoria de intelectuais de comércio mais difícil do que agradável, aos quais é impossível convencer “a lavar as mãos física e moralmente falando”. Gobineau aludia, com certeza, aos chamados boêmios da época, cujo trato não podia deixar de ser molesto a um aristocrata racista do tipo do autor de *Les Pléiades*. (BROCA, 1979a, p.316).

Parece, portanto, que a ideia do Conde de Gobineau era mesmo cuidar para que o imperador brasileiro tomasse contato com aqueles que apresentassem

² Gobineau é o autor de *Ensaio sobre a desigualdade das raças* (1853), obra em que defendia a tese de que a questão étnica determinou a ascensão e a queda de grandes civilizações. Confira Gobineau (1940).

ideias, senão afins às dele próprio, que ao menos não oferecessem nenhum tipo de incômodo ao Imperador e sua comitiva. Foi nesses moldes, então, que D. Pedro limitou-se ao “[...] conhecimento de Renan, Dumas Filho, Claude Bernard, entre outros, gente de linha impecável, cuja correção de maneiras se associava sempre à ideia de um título, de pergaminho: ‘os doutores’, segundo a expressão involuntariamente maliciosa da Imperatriz.” (BROCA, 1979a, p.316).

É provável que a atitude de Gobineau não fosse estranha a D. Pedro II uma vez que, durante o período em que permaneceu no Brasil, “[...] os únicos momentos de satisfação do conde parece terem sido as conversas informais com o imperador, duas ou três vezes por semana, no Paço de São Cristóvão.” (AGUIAR, 1996, p.7). Aliás, conta-nos George Raeders (1996, p.18) que, assim que desembarcou no Rio de Janeiro, Gobineau alegrou-se

[...] ao saber que D. Pedro II, tão avesso à companhia de diplomatas e militares, mostrava-se satisfeito pela França estar representada junto à Corte por um escritor e pensador com prestígio do autor de *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas, religiões e filosofias na Ásia Central*, *Tratado das escritas cuneiformes* e de várias outras obras brilhantes.

Tão satisfeito ficara D. Pedro com a presença do diplomata francês que este, nas suas correspondências, sempre afirmava que o imperador era o único com quem realmente podia conversar. As visitas de Gobineau ocorriam, por sugestão do próprio D. Pedro, às segundas e quintas, após o jantar. Falavam “de tudo e mais alguma coisa” e nem sempre, reforça o francês, estavam de acordo: “Quando a discussão esquentava, peço desculpas, mas ele roga que eu continue. Ele é muito mais liberal do que eu: aliás, é sua profissão; mas o que ele sabe é impressionante, e que lê, extraordinário.” (GOBINEAU apud RAEDERS, 1996, p.34-35). Gobineau era recebido num pequeno gabinete, o que denota certo tom de intimidade aos encontros, sobretudo em razão da sem-cerimônia do monarca que o cumprimentava apertando-lhe a mão diretamente. Em uma das cartas dirigidas à esposa, além do estreitamento cada vez maior das suas relações com o imperador, o conde francês comunica-lhe rumores de que D. Pedro planejava levá-lo em uma viagem que faria ao final da guerra³, o que, segundo Raeders, ocorre anos mais tarde e que, conforme observa Lília M. Schwarcz (1998, p.361),

³ Trata-se da Guerra do Paraguai (também conhecida, na América espanhola, como Guerra da Tríplice Aliança), travada por mais de cinco anos, entre 11 de novembro de 1864 e 1º de março de 1870. Confira Fausto (2010).

será o momento de o monarca, “[...] finalmente visitar o mundo que [...] só conhecia por meio dos livros.”

2

Antonio Candido (1981, p.7) dizia que para caracterizar Brito Broca “[...] seria preciso restaurar e ao mesmo tempo matizar o conceito de ‘cronista’.” Para o crítico, era necessário distinguir o tipo de “jornalismo literário leve e casual”, daquele outro realizado por Broca, em que a crônica se constitui “[...] como narração concatenada de fatos, como história ou biografia baseados no relato minucioso do acontecido, com pormenores pitorescos e a capacidade de os fazer falar, isto é, transformarem-se em significados.” (CANDIDO, 1981, p.7). Atribuindo a Brito Broca as qualidades de “sabedor preciso” e “[...] apreciador requintado de biografia, história, edições, estilos, miudezas [...]” (CANDIDO, 1981, p.7), Candido (1981, p.7) destaca ainda que à sua interpretação une-se também a descrição, fazendo seu texto operar de tal modo que, “[...] quando está descrevendo, enumerando, detalhando, o cronista está ao mesmo tempo sugerindo, desvendando e analisando.”

Com efeito, os pormenores na crônica, muitas vezes, funcionam como verdadeiros pontos de apoio quando do exame de alguns fatos trazidos por ela e podem ganhar relevância maior quando são capazes de levar o leitor a uma outra compreensão de um fato. É nessa direção, portanto, que se busca compreender o motivo da recusa do encontro desses dois espíritos essencialmente antidoutorais com o imperador brasileiro D. Pedro II.

O termo **antidoutorais**, nesse caso, se opõe de forma explícita, na crônica, a **doutores**, cujos referentes diretos seriam Ernest Renan, Dumas Filho, Claude Bernard; estes – os doutores – são caracterizados como “[...] **gente de linha impecável**, cuja correção de maneiras se associava sempre à ideia de um **título**, de um **pergaminho**.” (CANDIDO, 1981, p.7, grifo nosso). Além de poder abarcar essa definição trazida na crônica, os termos **doutor** e/ou **doutoral** também remetem à ideia de erudição ou, de forma pejorativa – e, possivelmente, intencional –, conduzem ainda a algo de “gravidade pedantesca”⁴. Juntam-se, na ampliação do sentido do termo, as expressões: **gente de linha impecável**, ou seja, de reputação imaculada, como se fossem seres que pertencessem a uma casta superior, sem qualquer incorreção moral, talvez; **título**, em uma referência tanto

⁴ Confira Borba et al. (2004).

à ideia de qualificação/titulação, quanto à de nobreza/denominação honorífica; e **pergaminho**, fazendo também uma possível alusão à qualificação desses homens ou à notável extensão de suas produções intelectuais. Assim, valendo-se do prefixo alocado a esse termo e às nuances por ele projetadas – porém, como vimos, num movimento contrário ao das adjetivações endereçadas aos **doutores** –, Brito Broca fornece os indícios das particularidades dos sujeitos que tanto interesse causavam a Pedro II.

Foi por intermédio da *Revue des Deux Mondes*⁵, informa Broca (1979), que o **leitor assíduo** D. Pedro se sentiu atraído pela obra de Georges Sand, o pseudônimo de Amandine-Aurore-Lucile Dupin (1804-1876). E é dela que se registra a primeira recusa a um encontro com o imperador. Segundo nos relata o cronista,

Dom Pedro não somente a convidou a vir a Paris, para se encontrarem, como se mostrou disposto a ir Nohant, a mansão senhorial da romancista, no Berry. Não se diga que, já velha, ela ali vivia em completo isolamento, recusando-se a avistar-se com os de fora; o solar de Nohant continuava aberto aos forasteiros e George Sand estava habituada a receber hóspedes ilustres. Escusando-se de ir a Paris, podia, no entanto, insinuar ao monarca uma visita a Nohant, ao menos por mera cortesia formal, e tal não fez. (BROCA, 1979a, p.317).

Consultando a obra de Georges Raeders, *Dom Pedro II e os sábios franceses* – uma das poucas referências na crônica –, Brito Broca (1979a, p.317) apura que a recusa de Sand se deve “[...] a um resto de vaidade, numa mulher que atingiria breve os setenta, não podendo resignar-se a mostrar ao Imperador o rosto enrugado, que inspirara outra [sic] tão grandes paixões.” Esse argumento, entretanto, parece não convencer muito o cronista que, ao rebater a informação, atesta que “[...] o interesse cativante de um soberano estrangeiro pela escritora valia um pequeno sacrifício [...]” (BROCA, 1979a, p.317) e, para arrematar a sua desconfiança, sai com esta:

George Sand teria, possivelmente, outras razões: mal informada, talvez, pelos republicanos, imaginaria defrontar um monarca *poseur*, todo metido a literato, cuja presença lhe seria insuportável. Com a agravante de se tratar do chefe de

⁵ A revista oitocentista circulava entre os leitores da elite brasileira e teve grande importância na disseminação da cultura francesa no Brasil, assim como em toda a América Latina. Como muitas de sua época – e diversos periódicos também –, costumava publicar romances de forma episódica.

uma nação de escravos, coisa que devia constranger profundamente o espírito libertário da escritora. (BROCA, 1979a, p.317).

Evidentemente que pela chave interpretativa de nossa atualidade, o simples fato de uma mulher não se dispor a se encontrar e/ou receber um sujeito desconhecido (ainda que se tratasse de um imperador), ou pelo qual não nutrisse qualquer tipo de afinidade – como fica sugerido acima –, já bastaria para tomarmos o comentário do cronista como pouco feliz. Adicione-se também a essa questão uma outra passagem em que Broca (1979a, p.316, grifo nosso) comenta que, “[...] apesar de seu **idealismo revolucionário** e suas **extravagâncias plebeias**, George Sand não deixava de ser uma dama da nobreza francesa.” A que, no entanto, Brito Broca parece não se ater muito é que o fato de Sand pertencer à nobreza francesa não seria algo determinante para que a escritora defendesse ideais que talvez não estivessem na esfera de suas relações. Ou seja, as expressões destacadas parecem sugerir que ter um espírito mais progressista e libertário, dentro de um contexto em que as mulheres iniciavam sua luta pela emancipação – algo latente em algumas das obras de Sand⁶ –, não legitima a bandeira da escritora por justiça social e pelos direitos da mulher, tudo em razão de sua origem nobre.

No caso do Brasil, nesse período, poucas eram as mulheres que se destacavam por qualquer tipo de engajamento, sobretudo em razão da pouca ou nenhuma educação a que tinham acesso. Emília Viotti da Costa (2010), comentando a condição daquelas que tiveram possibilidade de frequentar algum estabelecimento de ensino em meados do século XIX, destaca que “[...] as jovens raramente tinham as qualificações necessárias para praticar uma profissão [...]” (COSTA, 2010, p.506) e que aquelas que tinham “[...] tido o privilégio de uma educação adequada se tornaram colaboradoras em jornais e revistas, faziam traduções de livros estrangeiros, publicavam suas poesias, romances, peças e livros sobre educação de crianças.” (COSTA, 2010, p.506). No entanto, segundo Costa (2010, p.506),

A maioria das que se tornaram conhecidas pelos seus talentos literários pertencia a famílias de intelectuais, políticos, advogados, médicos, membros

⁶ A obra *Indiana* (1832), por exemplo, que leva o nome de sua heroína, trata do tema do matrimônio e do adultério, mas, sobretudo, da luta feminina para livrar-se de condições como a subalternidade e o silenciamento a que estavam submetidas as mulheres do século XIX. Além da crítica a uma sociedade essencialmente patriarcal, o romance ainda traz o final da Restauração francesa e o início da monarquia de julho como pano de fundo das ações (OLIVEIRA, 2017).

da burocracia imperial, fazendeiros ou empresários. Beneficiavam-se da fortuna, da cultura e das conexões de seus pais e irmãos. Quando se casavam, representavam um capital valioso na carreira de seus maridos.

O contexto brasileiro trazido pela pesquisadora, como se vê, não parece se distinguir muito do contexto em que se insere George Sand. A questão da educação para a mulher, além de ser tomada com reserva pela sociedade de um modo geral, estava muito relacionada a um fator socioeconômico da família a que pertencia. No caso de Sand, de origem nobre, como atesta Brito Broca, era mais comum, mesmo sendo mulher, que tivesse um preceptor como muitos dos filhos das famílias mais abastadas. E foi o que ocorreu. Outra evidência, no entanto, apontada por Emília Viotti, também aproxima um pouco mais a biografia de Sand à de outras mulheres do Brasil do XIX, colaborando para o entendimento dessa figura **antidoutoral**.

Comentando sobre a geração de mulheres que nasceram em 1850, a qual teria se empenhado na “luta pela emancipação das mulheres” e aderido aos “movimentos reformistas”, e que também atuou nas primeiras revistas femininas do período, a historiadora afirma que “[...] a vida dessas mulheres revela traços comuns: casaram-se cedo, abandonaram os maridos numa época em que esse gesto era condenado pela sociedade e tornaram-se defensoras de ideias progressistas.” (COSTA, 2010, p.513). Assim, apesar de um pequeno distanciamento temporal entre os episódios, é possível conferirmos o mesmo tipo de situação vivenciada por Georges Sand: casou-se cedo, teve dois filhos e, por causa da infidelidade e do alcoolismo do marido, separou-se dele em 1836, fato incomum para a época. E embora já escrevesse para o *Le Figaro* e já tivesse publicado seu grande sucesso *Indiana* (1832)⁷ no período em que esteve casada, é a partir de 1838 que a escritora passa a expressar sua preocupação com os problemas sociais e a emancipação feminina.

A participação das mulheres francesas, por exemplo, na revolução de 1848, é abordada por Dolf Oehler (1999) no seu *O velho mundo desce aos infernos – autoanálise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris*, e colabora para a compreensão do posicionamento da escritora. Segundo Oehler (1999, p.113), em 1848, “[...] a questão feminina assumiu na consciência pública quase tanta importância quanto a questão social [...]” e impulsionou muitas mulheres de insurgentes a tomarem parte ativa na revolta, “[...] o que inúmeros comentadores

⁷ Confira Sand (2007).

aproveitaram como ensejo para manifestar-se dessa ou daquela maneira sobre o caráter e a posição social das mulheres.” (OEHLER, 1999, p.113). Assim, romancistas, intelectuais, jornalistas etc., – tanto favoráveis quanto contrários à revolução – ajudam a compor os vários discursos veiculados no período e que representavam setores distintos da sociedade parisiense. Em específico, um deles nos chama a atenção:

A demonização da mulher torna-se de todo trivial no poetaastro filisteu Charles Dügge, que insulta as mulheres dos insurrectos, “essas mulheres sem pudor, de longos cabelos desgrenhados”, e que descobre também, entre os mentores intelectuais de junho, uma autora pedante, uma *bas-bleu* esquecida de seu dever: “George Sand, rebaixando a grandeza do himeneu./ Destruuiu o pudor no coração da esposa”. (OEHLER, 1999, p.115).

Como, talvez, não pudesse se referir aos **cabelos desgrenhados** da escritora, que não se encontrava nas ruas durante os levantes de junho, o ataque do poeta se volta contra a conduta de Sand, justamente apontando nela o que seria uma falha: a separação, o divórcio. Ainda aqui é possível conferir que a escritora, mesmo pertencendo à nobreza, também possuía e defendia seus ideais, operando no junho de 1848 como parte do grupo de intelectuais que se identificavam com a causa.

Nesse sentido, a sugestão de Brito Broca concernente à condição de nobre de Georges Sand – o que, sugerido por ele, seria uma justificativa para que a romancista não se solidarizasse com as lutas sociais de seu tempo –, não deve ser tomada como referência para legitimar a recusa a um encontro com D. Pedro II ou tampouco pode ser vista como um simples capricho de Sand. Ao fazer isso, a leitura do cronista se aproxima daquilo que Walter Benjamin denomina como **identificação afetiva**, ou seja, uma interpretação dos fatos com base em um **historicismo servil** em que a identificação do historiador é sempre com os vencedores (LÖWY, 2005). E, ainda nessa esteira, ao comentar que a escritora estaria “mal informada [sobre o imperador] pelos republicanos” (OEHLER, 1999, p.115.), o cronista parece se eximir da possibilidade de fazer uma leitura que, nos termos de Benjamin, implicaria **escovar a história a contrapelo**, ou seja, Broca parece descrever de que Sand estivesse razoavelmente informada a respeito do “monarca *poseur*, todo metido a literato” (OEHLER, 1999, p.115) e que, sim, em razão disso, negou-se a ter uma proximidade com D. Pedro II.

Entretanto, outro pormenor apontado pelo cronista parece confluir muito mais para que George Sand se esquivasse desse *rendez-vous* e configura, nas palavras de Broca, como um agravante: D. Pedro II era o **chefe de uma nação de escravos**.

3

A questão do fim do regime escravagista em nosso país foi por muito tempo protelada. Já havia se passado mais da metade do século XIX e o Império brasileiro era a única nação independente que ainda praticava o tráfico negreiro. A Revolução Industrial, representada por grupos capitalistas e industriais, rechaçava todo esse sistema e desde a vinda da família real para o Brasil (1807) – em que D. João VI se comprometera a cooperar com o fim do tráfico –, o governo britânico passou a impor uma série de tratados para extinguir definitivamente essa ação. Não obstante, esses acordos foram sistematicamente ignorados pelas elites brasileiras que entendiam “[...] a propriedade como um dos direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem [...]” (COSTA, 2010, p.276), de tal forma que, mesmo após a assinatura da lei, em 1831, que “[...] assegurava plena liberdade aos africanos introduzidos no país [...]” (ALENCASTRO, 2010, p.6) – e cuja contravenção estabelecia crime de sequestro –, o comércio de escravos permaneceu, sobretudo em razão de “[...] um conluio geral, um pacto implícito em favor da violação da lei.” (ALENCASTRO, 2010, p.6). Nesse sentido, Luiz Felipe de Alencastro é categórico ao lembrar que

[...] a maioria dos africanos cativados no Brasil a partir de 1818 – e todos os seus descendentes – foram mantidos na escravidão até 1888. Ou seja, boa parte das duas últimas gerações de indivíduos escravizados no Brasil não era escrava. Moralmente ilegítima, a escravidão do Império era ainda – primeiro e sobretudo – ilegal. [...] tenho para mim que este pacto dos sequestradores constitui o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. (ALENCASTRO, 2010, p.7).

O crescimento, ainda que a passos lentos, da cultura urbana, de ideais democráticos e o surgimento de uma ala da imprensa mais ligada a ideias abolicionistas, assim como uma literatura mais engajada⁸, aparecerão quase que

⁸ Destaque para a poesia de Castro Alves (1847-1871) como elemento condensador dos ideais abolicionistas; uma palavra aberta “[...] à realidade maciça de uma nação que sobrevive à custa de

no último quartel do XIX, colaborando para um debate público mais rico no país e, ao mesmo tempo, “[...] contrapondo uma Monarquia que sufocava a uma República que libertava.” (MARTINS, 2008, p.73). A primeira viagem internacional de D. Pedro II ocorreu, portanto, em meio a um ambiente conturbado. Aliás, tanto no Brasil quanto na Europa, em especial, na França, que acabara de iniciar a sua Terceira República.

A viagem do monarca brasileiro, é válido destacar, iniciou-se por Portugal, onde pôde percorrer várias províncias do país, suscitando comentários diversos da população uma vez que “[...] não se entendiam facilmente os hábitos desse monarca que, em viagem, abria mãos dos rituais.” (SCHWARCZ, 1998, p.367). Eça de Queirós, em suas *Farpas*⁹, chegou a apelidá-lo de “Pedro da mala”, por causa da “[...] pequena valise de couro escuro que levava sempre consigo nas viagens.” (SCHWARCZ, 1998, p.363). De Portugal, D. Pedro seguiu para a França e lá se encontrou com a condessa de Barral¹⁰ e com Gobineau, o **aristocrata racista**, como o próprio Brito Broca o denominou. É nesta primeira passagem pelo país que o imperador desejava encontrar o outro espírito antidoutoral, Alphonse Karr.

Assim como o caso de Georges Sand, Brito Broca também estranha esse segundo. A proposta do monarca ao escritor francês era “[...] para um encontro na estação de São Rafael, na Provença, durante a parada do comboio [...]” (BROCA, 1979a, p.317). Talvez estivesse sugerido aí uma intenção de que fosse algo mais informal, quase fortuito. No entanto, o escritor declarou que não poderia

[...] comparecer por se achar gripado, acrescentando espiritualmente: outrora um resfriado chamava-se simplesmente um resfriado, punha-se um lenço a mais no bolso e ia-se trabalhar. Hoje, chama-se bronquite, laringite e prendenos em estufa quente. (BROCA, 1979a, p.318).

sangue escravizado: é o sentido último do ‘Navio Negreiro!’ (BOSI, 2004, p.120).

⁹ As *Farpas* constituíam uma publicação mensal, redigida por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, nos anos 1871 e 1872 (e apenas pelo segundo até 1882). Trata-se de uma série de crônicas que tem seu grande referencial em *Les Guêpes*, de Alphonse Karr, cuja publicação, na França, ocorreu entre 1839 e 1847. Os “[...] artigos comentavam, em chave predominantemente cômica, os acontecimentos cotidianos da cena política e cultural.” (LIMA, 2018, p.237).

¹⁰ Foi tutora das filhas de D. Pedro II e, após o casamento destas, passou a ser a dama da imperatriz nas viagens ao exterior. Havia rumores de que era amante do imperador, embora nas cartas trocadas pelos dois, quando Barral se encontrava na Europa e D. Pedro ainda se achava no Brasil vivendo os últimos dias de seu império, não haja menção exata sobre o assunto; só se percebe mesmo a relação de grande intimidade entre o monarca e ela (SCHWARCZ, 1998).

Ao leitor da crônica não fica evidente de onde Brito Broca teria colhido tal informação ou tampouco a resposta espirituosa de Alphonse Karr. Antonio Candido, assim como outros estudiosos, chama a atenção para esse tipo de ocorrência na produção do cronista. É muito comum em seus artigos observar a ausência das fontes utilizadas. Porém, o próprio Candido (1981) sai em defesa do cronista ao afirmar que esse fato estaria muito mais relacionado a uma espécie de “[...] tributo à elegância ensaística de uma exposição que quer ser o mais aliviada possível de qualquer exibicionismo. E também corresponde, com certeza, a um conhecimento tão antigo e arraigado, que já se desprende das múltiplas origens parciais e vale como sistematização pessoal.” (CANDIDO, 1981, p.8).

Já em relação ao segundo encontro proposto pelo imperador, e que corresponde também à sua segunda viagem à Europa¹¹, em 1876 – também na companhia de Gobineau –, é possível observar a fonte de que se vale Brito Broca. Trata-se da obra *História de Dom Pedro II*, de Heitor Lyra, em que este reproduz uma “[...] carta em que o autor de *Les Guêpes*, pela segunda vez, se exime de comparecer [ao encontro com o monarca].” (BROCA, 1979a, p.318). Causa reparo no cronista o fato de Lyra não acrescentar nenhum comentário à resposta de Karr, deixando, assim, de “[...] acentuar a frouxidão quase ridícula do motivo invocado, por detrás do qual se deve ver o desinteresse ou mesmo o desejo de evitar o encontro.” (BROCA, 1979a, p.318).

A “frouxidão quase ridícula” apontada por Brito Broca se refere à desculpa dada dessa vez ao imperador: Karr não poderia encontrá-lo porque “[...] era justamente esse o dia em que um dos seus netos, de treze anos, devia vir do internato visitar o avô.” (BROCA, 1979a, p.318). Nesse trecho ainda, segue uma justificativa – a qual não é possível saber se se trata de uma consideração do próprio cronista ou de uma paráfrase sua –, em que se atesta que D. Pedro, na sua também condição de avô, compreenderia essa outra recusa do autor. A Brito Broca, no entanto, isso soa de outra forma:

Entre velhos amigos, com a possibilidade de se avistarem de novo, muitas outras vezes, a explicação seria aceitável; mas **de um escritor para um soberano estrangeiro**, de passagem pela França, sem a certeza de que a oportu-

¹¹ Lilia Schwarcz (1998, p.378) relata que, durante essa segunda viagem, Victor Hugo também se recusou a receber D. Pedro II. Porém, o monarca, dessa vez, abriu mão do protocolo e foi à residência do escritor. “Ao ser introduzido pela filha do escritor, Jeanne, como a ‘Majestade do Brasil’, teria afirmado: ‘Minha filha, aqui existe apenas uma majestade: Victor Hugo!’ Segundo Schwarz (1998, p.379), esse teria sido “um duro golpe para os republicanos brasileiros que viam em Victor Hugo um modelo alentado.”

nidade viesse a repetir-se, tais alegações assumiam o caráter de um pretexto verdadeiramente fútil e pueril. Pois a honra de apertar a mão do monarca que tanto o admirava, não compensaria o avô das horas roubadas ao convívio do netinho? E a reincidência na recusa tornava-a menos explicável ainda. (BROCA, 1979a, p.318, grifo nosso).

O tom do cronista ressoa agora de forma mais grave, pautado em uma leitura em que o *statu quo* parece ser um parâmetro para definir que a um **escritor** – especialmente um escritor romântico, como é o caso de Karr – não cabe o direito de negar-se a atender à solicitação de um **soberano**. Observe-se que os termos escolhidos parecem marcar a oposição entre Alphonse Karr e D. Pedro II, em que a vontade deste – que é um ser **absoluto, supremo** –, uma vez que se dispõe a visitar um escritor – cuja adjetivação de **antidoutoral** denota sua personalidade – deve sobrepor-se à vontade daquele outro. Talvez a crítica de Brito Broca recaia mesmo sobre as desculpas prosaicas do escritor, no entanto, novamente, o cronista tende a ler a situação como um ato de descaso ou de falta de polimento, quando a atitude do escritor poderia ser tomada como um ato de posicionamento político e/ou ideológico, posto que era assumidamente um republicano. E disso, D. Pedro tinha conhecimento.

O escritor e jornalista Jean-Baptiste Alphonse Karr (1808-1890) “[...] foi um dos homens que, por um momento, monopolizaram a atenção de Paris, tornou-se um cartaz do dia, uma moda, à semelhança de Sartre, atualmente”¹² (BROCA, 1979a, p.317). Escritor romântico, com dezenas de obras publicadas ao longo de sua trajetória literária, também foi um intenso colaborador da imprensa francesa, iniciando sua atividade no *Le Figaro*, em 1829, onde contribuiu com seus artigos até 1836, quando se tornou redator-chefe do jornal. Durante esse período, publicou ainda seu primeiro sucesso literário, *Sous les tilleuls*, em 1832. Antes, porém, fora professor substituto no Colégio Bourbon (1828-1830), atividade que acabou abandonando após ter sido denunciado ao ministro da Instrução Pública por seu supervisor, que o acusou de **republicano e ateu**; sua contravenção foi adotar a leitura de contos de Voltaire com seus alunos (MIRECOURT, 1856). Era muito próximo de Victor Hugo, Dumas (pai), Théophile Gautier¹³, Balzac etc.; e acompanhou de perto a atuação de

¹² O artigo de Brito Broca foi publicado, originalmente, em 1950.

¹³ O mesmo a quem Gobineau também impôs restrições quanto a um encontro com o imperador, como já visto.

Lamartine¹⁴ – que conheceu numa noite na casa de Hugo –, nos episódios de 1848, em Paris.

Karr passou a ser conhecido na cena parisiense da época especialmente com a sua série de crônicas intitulada *Les Guêpes (As Vespas)*, cuja publicação ocorreu de 1839 a 1847¹⁵. D. Pedro II, assim como no caso de George Sand, também era seu leitor em terras brasileiras, daí, portanto, o desejo de encontrar-se com o escritor, mas que, como vimos, não ocorreu em nenhuma das duas tentativas. Isso, no entanto, não fez com que o imperador guardasse algum tipo de mágoa do outro, afirma Brito Broca: “[...] exilado na Europa e mal provido de recursos, quando Alphonse Karr veio a falecer mandou ele arrematar-lhe a biblioteca e oferecê-la à viúva.” (BROCA, 1979a, p.318).

Conta Lilia Schwarcz (1998, p.455) que no famoso Baile da Ilha Fiscal, ao “[...] desembarcar, fraco das pernas e amparado por seu médico Mota Maia, o imperador teria dado um leve tropeço [...]” e, logo em seguida, dito a seguinte frase: “A monarquia tropeça mas não cai” (SCHWARCZ, 1998, p.455). Desse pormenor trazido por Brito Broca, em que D. Pedro, mesmo tendo sido ignorado pelo escritor francês, não hesitou em fazer uma gentileza à sua esposa, poderíamos sugerir algo como “A monarquia pode até ‘levar um fora’, mas não perde a altivez.” (SCHWARCZ, 1998, p.455). Com efeito, ao cronista parece não fazer muita diferença o fato de D. Pedro II ter sido um imperador que sempre se mostrou em descompasso com as necessidades reais do seu país. É por isso que opta por deixar em destaque ações benevolentes do monarca, como a que vimos. E essa ideia se confirma no desfecho de sua crônica, em que diz:

Agora, ficamos nós a cismar. Estariam George Sand e o autor de *Les Guêpes* no rol dos elementos “censurados” por Gobineau? É muito possível que sim, e nesse caso, teriam provado, até certo ponto, que as ressalvas do romancista de *Les Pléiades* eram razoáveis. (BROCA, 1979a, p.318).

¹⁴ Lamartine incentivou Alphonse Karr a candidatar-se nas eleições que seriam realizadas naqueles agitados meses de 1848. Tendo morado no Havre, na Normandia, Karr gozava de certa popularidade entre as populações mais humildes, que incluíam pescadores e marinheiros da região. Embora não fosse do Partido Republicano, defendia a República (KLEIN, 1994).

¹⁵ De tom satírico, a série chegou a fazer escola na França, influenciando periódicos como *Revue Parisienne*, *Courrier de la Ville*, *Papillons Noirs*, *Lettres Cochinchionaises*, *Personnalités Politiques et Littéraires*, *Hic Haec Hoc*, entre outras. No Brasil, José do Patrocínio e Demerval da Fonseca, em 1875, também tomaram *As Vespas* de Karr como referência para criarem *Os Ferrões*, como nos informa Mariana da Silva Lima (2018).

No que tange, por exemplo, às ideias liberais que permeavam o país no período da Independência, Emília Viotti da Costa (2010) afirma que eram distintas as aspirações – e até mesmo contraditórias – dos grupos sociais envolvidos. Segundo a historiadora, o desejo de Independência nutrido pelo povo, composto por negros e mestiços, estava ligado a uma luta contra os brancos e seus privilégios; àqueles que a autora chama de despossuídos, interessava “a eliminação das barreiras de cor” (COSTA, 2010, p.38), igualdade de econômica e social; já para os grupos que representavam as elites brasileiras (fazendeiros ou comerciantes), o interesse se voltava para “a manutenção da ordem e a garantia de seus privilégios” (COSTA, 2010, p.38). A esse cenário, acrescentam-se ainda questões de ordem material para o efetivo aproveitamento das ideias liberais, como “[...] analfabetismo, marginalização do povo da vida política, deficiência dos meios de comunicação.” (COSTA, 2010, p.32). No entanto, o que ainda permaneceria como traço caracterizador e, ao mesmo tempo, contraditório das ideias liberais entre nós seria a “[...] estrutura tradicional de produção baseada na grande propriedade, na escravidão e na exportação de produtos tropicais.” (COSTA, 2010, p.60), o que, como é sabido, não sofreria grandes alterações até o fim do império. Nesse sentido – e também considerando o histórico das duas personalidades de interesse do monarca brasileiro –, parecem coerentes as negativas dos dois escritores franceses a um encontro com D. Pedro II, independentemente da censura Gobineau.

4

Considerar que George Sand e Alphonse Karr estivessem na lista de censurados de Gobineau talvez não seja uma conclusão tão difícil de se chegar, pois, afinal, o espírito mais libertário dos dois certamente seria um entrave difícil de ser superado por um sujeito que acreditava que a miscigenação era um indício de degeneração e de falta de perspectivas de uma nação. A surpresa, no entanto, reside no fato de Brito Broca tomar as ressalvas feitas a Sand e Karr como razoáveis, validando, dessa forma, o juízo de valor de Gobineau.

Essa surpresa se torna mais pungente quando investigamos uma outra crônica sua, intitulada “Gobineau: convicções e ojerizas ou Arthur-Joseph no ‘Deserto’ do Novo Mundo”¹⁶, também reunida em *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. Nesse artigo, o cronista relata um pouco das circunstâncias em que Gobineau chegou ao Brasil e da impressão que o conde já trazia consigo:

¹⁶ O ano de publicação dessa crônica, na obra referida, é indicado deste modo: 1950/1951.

Estará a terra brasileira assim tão destituída de “humanidade”? Nada exprimiria ela, nenhuma descoberta oferecia ao europeu hipercivilizado que vinha da França? Aí temos precisamente o exagero de Gobineau. Começa por não tomar conhecimento das nossas origens, presume encontrar-se numa terra meio selvagem, sem tradições, sem heranças, esquecendo-se de que a América é a própria continuação do Velho Mundo. Depois, vê o homem americano como expressão de uma sub-humanidade, sem valorização histórica e sociológica. Em tais condições, era natural acabasse por sentir-se num deserto e começasse a bocejar de tédio. O deserto ele o trazia consigo e não só pelo estado de espírito desfavorável e a conseqüente neurastenia em que para aqui veio, como pelo absurdo das teorias raciais que lhe embotavam a capacidade de abnegação e análise. (BROCA, 1979b, p.312).

Se na primeira crônica foi possível observar uma leitura um pouco enviesada dos fatos, em que Broca parece deixar em segundo plano as “teorias racistas” de Gobineau para destacar a recusa dos escritores, assinalando um tom de descaso por parte deles, nessa outra fica evidente ao leitor que ele não compartilha de tais teorias – o que, em certa medida, também poderia ser levado em conta para validar a atitude dos dois escritores, ou seja, de que eles também não viam com bons olhos um convite de Gobineau para se encontrarem com um monarca cujo império vivia sob um regime escravocrata. No entanto, por que o cronista parece se confundir, ou confundir a nós leitores, ao concluir que as ressalvas de Gobineau seriam razoáveis em vez de considerar o perfil antimonárquico das figuras antidoutorais de que trata?

A prática do gênero crônica em Brito Broca corresponde a uma prática que envereda por caminhos distintos daqueles a que se está habituado a ver. Embora tenha seguido o rito do nascer-e-morrer nas páginas do jornal, como é característica do gênero, o foco das crônicas de Broca não foi, necessariamente, os elementos do cotidiano, mas, sim, os elementos da vida literária – nossa e da europeia, em especial a francesa – e, tecendo desse modo o seu trabalho, assim como muitos de seus contemporâneos, passou a desenvolver a chamada crítica impressionista nas páginas dos suplementos literários dos jornais. Entretanto, reunidas em livro, estabelecido um tema e até mesmo uma cronologia, o conjunto de artigos ganha um status novo, em que se consegue perceber uma coerência no tratamento dos assuntos, na agudeza da crítica, na sensibilidade apreendida dos fatos etc. E embora possa parecer, no caso de suas crônicas literárias, que o leitor encontrará apenas o relato de um fato literário (a matéria do cronista) e a análise

desse fato, ele poderá se surpreender com os deslizes e as contradições de seu autor ao desconsiderar questões inerentes à História. Pois não foi isso que vimos aqui?

Nesse sentido, são válidas as considerações de Roberto Schwarz (2014) no seu ensaio “As ideias fora do lugar”, em que o crítico, embora parta de questões relacionadas a nossos romancistas do século XIX, identifica como “originalidade nacional” aquilo que a observação comum no Brasil sempre tomou como “ideias [que] estavam fora do centro” (SCHWARZ, 2014, p.63). De forma bastante sucinta, mesmo quando pensamos em Brito Broca ao tratar de questões relacionadas aos bastidores da literatura, é possível tomarmos esta consideração de Schwarz:

[...] o que estivemos descrevendo é a feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita, em que agora influi pela via interna – o escritor saiba ou não, queira ou não queira. [...] É natural, por outro lado, que esse material proponha problemas originais à literatura que dependa dele. Sem avançamos por agora, digamos apenas que, ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de alguma modo o processo social a que deve a sua existência. (SCHWARZ, 2014, p.63-64).

Ou seja, Brito Broca, enquanto produtor de um determinado discurso dentro de suas crônicas, também deve ser considerado como o escritor que tem a sua matéria como algo que é historicamente formado e que tem forjado em si todo o processo social no qual se encontra inserido. Talvez incorra aí o deslize do cronista ao não se dar conta de que o contexto histórico em que se dá a visita de D. Pedro II – e as suas malogradas tentativas de se aproximar de personalidades de seu interesse – tenha sido marcado por uma intensa agitação de ideologias e transformações sociais. E, não obstante tomasse como referência um fato da vida literária, os pormenores históricos – se assim o pudermos classificar – a que se ligam esse fato não deveriam ser suprimidos de sua crônica.

D. PEDRO II, IN FRANCE: UNWANTED VISITOR OR PROHIBITED MEETING?

ABSTRACT: *This article proposes a reading of a literary chronicle by Brito Broca in order to analyze how the journalist represented D. Pedro II, Georges Sand, and Alphonse Karr in his text. By disregarding, albeit partially, the French and Brazilian*

D. Pedro II, na França: visita indesejada ou encontro censurado?

sociohistorical context in which the Emperor's trip do Europe took place, Broca gives the impression that both Sand and Karr refused to meet with D. Pedro for frivolous reasons. This interpretation allows for a reflection which helps debunk the cliches used in the construction of these characters in literary historiography.

KEYWORD: Brito Broca. D. Pedro II. Georges Sand. Alphonse Karr. Literary chronicle. Literary historiography.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. F. Introdução. In: RAEDERS, G. **O Conde de Gobineau no Brasil**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.7-8.

ALENCASTRO, L. F de. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.87, p.5-11, jul. 2010.

BORBA et al. **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: EdUNESP, 2004.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2004.

BROCA, J. B. Dom Pedro II, George Sand e Alphonse Karr. In: _____. **Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro**. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1979a. p.316-318.

_____. Gobineau: convicções e ojerizas ou Arthur-Joseph no “Deserto” do Novo Mundo. In: _____. **Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro**. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1979b. p.311-315.

CANDIDO, A. Prefácio. In: BROCA, J. B. **Ensaio da mão canhestra: Cervantes, Goethe, Dostoievski, Alencar, Coelho Netto, Pompeia**. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1981. p.7-10.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república**. 9.ed. São Paulo: EdUNESP, 2010.

FAUSTO, B. A Guerra do Paraguai. In: _____. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2010. p.208-217.

GOBINEAU, A. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris: Firmin-Didot, 1940.

KLEIN, C.-A. **Alphonse Karr: prince de l'esprit – Biographie**. Paris: Le Cherche Midi Éditeur, 1994.

LIMA, M. da S. Sobre *Vespas, Farpas e Ferrões*: caminhos da crônica no Brasil. In: GRANJA, L.; LUCA, T. (Org.). **Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas: Ed.UNICAMP, 2018. p.237-259.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Ronaldo Guimarães Galvão

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, A L.; LUCA, T. R. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p.45-80.

MIRECOURT, E. **Alphonse Karr**. Paris: Gustave Havard, 1856.

OEHLER, D. **O velho mundo desce aos infernos**: autoanálise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, D. B. **Ecos da colônia**: análise do sujeito-mulher em *Indiana* de George Sand. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

RAEDERS, G. **O Conde de Gobineau no Brasil**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SAND, G. **Indiana**. La Rochelle: la Découverte, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: _____. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. p.47-64.

